



QUANDO A IMIGRAÇÃO SE TRANSFORMA EM COLONIZAÇÃO: ALGUMAS LEITURAS SOBRE A PRESENÇA ITALIANA NO SUL DO BRASIL

WHEN IMMIGRATION BECOME COLONIZATION: SOME READINGS ABOUT ITALIAN PRESENCE IN THE SOUTH OF BRAZIL

Luís Fernando Beneduzi*

Resumo: A explosão da imigração italiana, na década de 1880, acontece quase em concomitância com o final das lutas pela unificação peninsular (1870) e no bojo do processo de construção da nação italiana. Em 1885, o congresso de Berlim coloca em discussão o interesse das potências “revisionistas”, Alemanha e Itália, em construir-se um império colonial. Buscando maior relevância no concerto das nações europeias, a Itália tinha que lidar com as dinâmicas migratórias, que poderiam desvelar a incapacidade nacional de manter sua população. Nesse sentido, desde o final do século XIX, observa-se um uso indefinito de termos como “colonização”, “colono”. No presente artigo, objetiva-se colocar em discussão, em alguns momentos do processo migratório italiano no estado do Rio Grande do Sul (Brasil), esta utilização indefinida de colonizar, que acabou sendo recuperada para, nas comemorações dos cinquenta anos da imigração no Rio Grande do Sul, louvar o impacto positivo da operosidade do colono italiano.

Palavras-chave: Imigração Italiana. Colonização. Representação.

Abstract: The boom of the Italian Immigration in the 1880's almost happens at the same time as the fights for the peninsular unification (1870), and this people's movement was part of the Italian nation building process. In 1885, the Congress of Berlin put into discussion the interests of the “Revisionists” powers, like Germany and Italy, in the construction of personal colonial empires. Looking for more relevance in the European Nations Concert, Italy had to deal with the migratory dynamics that could reveal the national incapacity to maintain their population. In this sense, since the end of the 19th Century, an indefinite use of terms like “colonization”, “colonist” can be observed. The main objective of the article is to put into discussion, in some moments of the Italian immigration process in the state of Rio Grande do Sul (Brazil), this indefinite use of “to colonize”, that was recovered in the celebrations of the 50th year anniversary of the Italian immigration in Rio Grande do Sul, to praise the positive impact of the hard work of the Italian settler.

Keywords: Italian Immigration; Colonization; Representation.

* Università Ca' Foscari Venezia, Itália. E-mail: luis.beneduzi@unive.it



Introdução

Em 1870, com a tomada de Roma, a península itálica, com exceção das anexações do pós-primeira guerra mundial de Trieste e Bolzano, está unida sob o comando da casa de Saboia, com o início de grandes transformações econômicas, político-administrativas e culturais que pouco a pouco, desde a década de 1860, conquistavam o cotidiano nacional. A nova nação tem que buscar recuperar o tempo perdido, porque chega atrasada no processo de industrialização e na distribuição colonial, especialmente, no continente africano. Em uma política europeia que associava a posse de colônias ao nível de potência de uma nação, porque a fortificavam econômica e politicamente em uma era de crescimento exponencial das políticas imperialistas, não possuir espaços extraterritoriais era perder força no concerto das nações.

Na verdade, a construção do Estado e da Nação na Itália não vai ser um movimento simples; pelo contrário, findado o processo de unificação política, deve ter início um outro trabalho, aquele de criação de uma unidade interna. A rigor, enquanto a construção de um único território peninsular era algo desejado pelos grupos *risorgimentali* a questão da união administrativa não era percebida de maneira unânime.

Pelo contrário, diversas foram as discussões, inclusive em parlamento, sobre a uniformização das práticas administrativas e das diferentes codificações. Se alguns defendiam uma única legislação como favorecedora das interações intranacionais e com os estrangeiros, outros, como o deputado Luigi Arrigossi, defendiam uma maior autonomia das antigas unidades que compunham a geografia de península. Em pronunciamento, no dia 09 de junho de 1869, ele destaca a diferença – no desejo da população local – no caso do Vêneto – de participar de uma única Itália, mas sem que isso gerasse uma unificação administrativa:

Até quando, senhores, Veneza se associou ao grito unânime que se levantou em toda Itália e que a acordou para a liberdade, os vênnetos não tiveram outro pensamento que aquele de fazer parte da grande família italiana [...] estes distinguiam, porém, entre unificação política e unificação administrativa.¹

¹ “Fino quando, signori, la Venezia si associò al grido unanime che si è sollevato in tutta Italia e che l’ha risvegliata a libertà, i veneti non ebbero che un solo pensiero, quello di formar parte della grande famiglia italiana [...] essi però distinguevano tra la unificazione politica e la unificazione amministrativa” [todas as traduções presentes no artigo foram feitas pelo autor]. *Atti e Documenti*, Tornata del 9 giugno, 1869, p. 10986. Disponibile em: <http://storia.camera.it/regno/lavori/leg10/sed441.pdf>.



Esta discussão administrativa traz consigo um outro elemento da construção da nação, o sentimento de pertencimento, que poderia ser um emblema da maneira como os novos italianos se enxergavam ao interno do sistema nacional. Na realidade, o pertencimento ao nacional passava pelo local, ou seja, era a transferência daquele conjunto de afetividades que marcavam, o *paese* – lugar de nascimento, das relações familiares, das tradições, das seguranças, ao *Paese* (País)–, o novo espaço de interações que deve ser construído. Certamente esta passagem não foi serena, mas se deparou com diferentes processos de confronto.

No entanto, como afirma Silvio Lanaro, a unificação não trará consigo uma alteração no lugar social das massas de camponeses e de trabalhadores em geral; a rigor, muitas vezes, a nova realidade, ao destruir tradições ancestrais, acabou sendo negativa no cotidiano destas populações. Mesmo vivendo em seu próprio território, os súditos do novo rei não conseguirão se libertar da exploração do poder público, aliado das camadas dominantes: tanto a posse da terra quanto as condições de trabalho acabam não sofrendo transformações, mantendo as relações de semi-servidão vividas até então (LANARO, 1984).

O panorama nacional pós-unificação apresentava-se de maneira muito problemática, com uma situação interna crítica, causada pelo analfabetismo, pelas doenças endêmicas, pelos problemas no orçamento do Estado, pelo banditismo social, pelo atraso na agricultura e na indústria. Além disso, também as relações exteriores não constituíam um ponto de equilíbrio para o novo reino, pois a tensão e o conflito com a Igreja provocavam problemas políticos em nível local e internacional, o que era somado a relações não fáceis com as potências da época. Embora em níveis diferentes, estas problemáticas estavam presentes em todos os pontos da península, gerando uma sensação de insatisfação que atravessava de norte a sul. O próprio Edmondo De Amicis, patrocinador da unidade nacional em “Cuore”, vai denunciar a figura madrasta que vai sendo construída da “mátria”, na descrição do mal imigratório em “Sull'Oceano”. Nos escritos do autor, nota-se esta passagem do conceito de unidade nacional, construído através do entrecruzamento de italianos de todas as províncias, parte de um Estado que constrói um projeto de melhora social, àquele de um governo incapaz de controlar a degradação nacional, impelindo massas de italianos à busca de uma vida melhor fora das fronteiras peninsulares (BENEDUZI, 2011).

Em termos numéricos, observa-se um aumento progressivo e exponencial da imigração italiana entre a década de 1870 e aquela de 1920: nos períodos 1876-1885 e 1886-



1895, tem-se uma passagem de aproximadamente 152 mil partidas por ano a 239 mil. No entanto, nas décadas seguintes, o contingente emigratório anual terá um crescimento ainda maior, passando de 510 mil partidas/ano, no período 1886-1905, a 600 mil, entre 1906 e 1915 (SALFILIPPO, 2001, p. 83). Estes dados estatísticos nos fazem compreender o incremento na relevância deste movimento de pessoas, nesta saída de mão-de-obra em nível nacional, para o sistema econômico e político da península. Foi neste contexto que as classes dirigentes e a administração pública se viram obrigados a colocar em discussão esta hemorragia, seja no sentido de compreender seus custos e benefícios seja naquele de produzir uma legislação que fosse capaz de controlá-lo, encaminhá-lo e gerenciá-lo.

A rigor, a situação em que o país se encontrava depois da crise da década de 1870, e das transformações importantes, implementada pelo novo Estado Nacional, conduziram a um debate que acabou durando no tempo e se aprofundando, como consequência do contínuo aumento das partidas. Por um lado, podem ser colocados os “detratores” da imigração, muitas vezes vinculados ao sistema produtivo, que entendiam esta hemorragia nacional como a perda de um importante componente de força-trabalho, clamando por um controle dos fluxos. Por outro, os “defensores” da imigração enxergavam este movimento como uma espécie de válvula de escape, funcionando como um instrumento de regulação das tensões econômico-sociais em períodos de crise (MARUCCO, 2001, p. 62).

Com o aumento do fluxo migratório, observa-se também um processo de transformação em relação à legislação e à regulamentação das dinâmicas de expatriação. Enquanto a “Circolare Menabrea”, de janeiro de 1868 e a “Circolare Lanza”, de janeiro de 1873, procuravam restringir o movimento migratório, impondo exigências como a posse de um trabalho garantido ou a presença de condições de subsistência – uma clara relação com as necessidades de latifundiários e industriais que temiam o aumento do custo da força de trabalho –, a Lei Crispi, de dezembro de 1888, caracterizava-se pelo reconhecimento do direito de emigrar. Certamente, também a nova legislação de finais do século XIX impunha algumas restrições ao fluxo de partidas e não demonstrava uma preocupação com a tutela dos emigrantes e com seus direitos mínimos, mesmo apresentando uma tentativa de normatizar as relações entre estes sujeitos e as companhias de navegação, em uma clara alusão aos debates sobre liberalismo e democracia (FLORENTINO, 2013, p. 251).

Em direção à virada do século, observa-se um processo de transformação nos argumentos utilizados pelos defensores da imigração, os quais estavam sempre mais em



sintonia com a ideologia do imperialismo europeu, construída após o Congresso de Berlim. Neste sentido, a derrota vivida pela força militar italiana em Adua, no ano de 1896, reforça este novo olhar sobre o fluxo imigratório: uma expansão da civilização e da raça italiana, não a expulsão da miséria nacional. Como objetivo do presente artigo, busca-se percorrer este processo de transformação no debate italiano de defesa da imigração, que vai gerar tanto a criação da lei de cidadania de 1912 quanto a transformação conceitual dos expatriados, não mais imigrantes mas italianos no exterior, do período fascista, em 1926 (BENEDUZI, 2011a).

Algumas questões analisadas atravessarão o período chave do debate de finais do século XIX e década de 1920, como a exportação de uma raça forte, que depois acaba sendo confirmada na narrativa laudatória do álbum comemorativo dos cinquenta anos da imigração italiana no Rio Grande do Sul, bem como a exportação de mão de obra em uma associação com a comércio exterior de produtos agrícolas ou industriais, ou ainda, a leitura da imigração como incremento dos espaços de exportação-importação em nível internacional. Em todos os casos, embora não se constituindo um projeto de colonização e imperialismo como aquele clássico implementado pela França ou pela Inglaterra nos contextos africano e asiático, traz consigo os pressupostos típicos do processo de exploração colonialista.

Como afirma Trento (2005), a construção da expansão imperialista italiana dá-se em um modo diferentes daquele entendido como clássico, pois tal projeto não era possível em relação aos espaços de imigração italiana na América Latina, e em especial no Brasil.. Busca-se compactar este conjunto de indivíduos provenientes da Península Itálica em um único grupo étnico-nacional: italianos. Para tal fim, esta massa vai ser reconhecida, através da construção da figura do “italiano no exterior” e enaltecida, com o destaque à grandiosidade da raça italiana e à partilha das vitórias individuais como parte daquelas da coletividade. Nesse sentido, denso de significada torna-se a fala de Mussolini, em Milão, no ano de 1923: “Dovunque è un italiano, là è il tricolore, là è la patria, là è la difesa del Governo” (TRENTO, 2005, p. 3). Mesmo no Brasil meridional está presente o governo italiano e a pátria, pois o colono italiano ali se estabeleceu e conferiu valor e riqueza à sociedade local.

No entanto, esta problemática relação conceitual com os espaços que acolheram a imigração italiana na América do Sul, não é parte de uma discussão que nasce na década de 1920. A rigor, desde finais do século XIX existia uma indefinição no uso do termo “colonização italiana”; segundo Brunello (1994), o conceito é usado de maneira indiscriminada para fazer referência à Eritreia ou ao Brasil meridional, como fruto do próprio



eurocentrismo e das ideias que norteiam a perspectiva de “potência da nação”. O conceito central que orientava a definição colonial italiana era a exportação da civilização: a missão das populações peninsulares seria qualificar a terra de chegada com um sangue e um nome.

O discurso de Giovanni Bovio na Câmara dos Deputados, em 07 de junho de 1901, não somente declinava em um mesmo mapa conceitual as relações coloniais na África e nos espaços de imigração latino-americanos, na verdade, ele classificava como mais apropriadas as colônias que considerava espontâneas, nascidas através do movimento humano, da emigração:

Não sou contrário à expansão colonial, sabendo que a colonização não é civilizada, e que toda a terra se abre hoje aos trabalhadores; mas são saudáveis e duradouras aquelas colônias que florescem espontaneamente, de acordo com as leis naturais da emigração, que, enquanto por um lado acenam à unidade humana, por outro, recordam as origens nacionais². (BOVIO, apud AQUARONE, 1989, p. 266).

Na realidade, Bovio fazia distinção entre os dois tipos de colônia, mas não caracterizando o tipo de relação entre a Itália e a América do Sul, mas a forma como acontece a ocupação do território. Na sua perspectiva ideológica, as efetivas colônias italianas não serão abissínicas ou similares, porque a forma da conquista constituir-se-ia em uma experiência incivilizada, mas aquelas americanas, enquanto fruto de um movimento espontâneo e natural de pessoas. O que garantiria a ligação seria por um lado uma ideia de unidade humana, que permite esta livre circulação e, por outro, a constante lembrança e presença de uma identidade de pertencimento nacional, no caso, italiana.

Como denota Aquarone (1989), tal reflexão é fruto de um contexto histórico em que duas discussões são importantes: a derrota italiana em Adua (1896) e o debate sobre a desnacionalização das populações emigradas. Dar ênfase ao movimento migratório, partindo de uma perspectiva ideológica positiva, permite superar o trauma do insucesso bélico, primeiro de uma nação europeia no continente africano, remodelando o discurso civilizatório. Ao mesmo tempo, o problema de perda de vínculo com a terra de partida constituía-se um

² “Io non sono avverso all'espansione coloniale, sapendo che la colonizzazione è incivilire, e che tutta la terra si apre oggi ai lavoratori; ma sono sane e durevoli quelle colonie che fioriscono spontanee, secondo le naturali leggi dell'emigrazione, che mentre per un verso preludono all'unità umana, per l'altro ricordano le origini nazionali” [texto original]



fenômeno preocupante para a classe dirigente italiana, que busca discutir possibilidades de bloquear ou diminuir tal fenômeno.

Desde a década de 1880, quando da expedição italiana a Massaua (1885), na Eritreia, Giovanni Bovio afirmava que os povos civilizados – através da colonização – tinham o direito, mas, ao mesmo tempo, o dever, de promover o processo civilizatório junto à populações incivilizadas. De acordo com sua leitura, apresentada por Aquarone (1989), não podia existir um direito que permitisse a continuidade e expansão da barbárie. Ao fim e ao cabo, reproduzia o discurso corrente na Europa de finais do século XIX e começo do XX, de que a ação colonizadora era, de qualquer forma, um ato de caridade missionário em relação aos povos extraeuropeus menos evoluídos. Portanto, a passagem para a esfera imigratória traz consigo a espontaneidade do processo, corroborando com a perspectiva de distanciamento do ato forçado da dominação: uma colonização cultural.

Como dizia Brunello (1994), que também citava Bovio, os italianos no Brasil ofereceriam um nome e um sangue – leitura interessante ao interno das teorias de Gobineau e do darwinismo social – àquelas populações, assim como os anglo-saxões fizeram com a região norte do continente americano. O deputado italiano – no debate sobre a perda cultural do emigrante – está do lado daqueles que defendem políticas que contribuam à manutenção da ligação com a pátria, que não se perca o sentimento de pertença a aquela estirpe: "*... a nós convém que o tipo latino, especialmente aquele italiano, não se extinga, não perca a sua marca, a memória da sua origem, o sentimento que o empurra à terra materna, os costumes, sobretudo a língua*"³ (BOVIO apud AQUARONE, 1989, p. 266).

A rigor, está-se diante de um debate profundo sobre a forma que devia tomar o expansionismo imperialista italiano e Giovanni Bovio representava um grupo que pensava no processo imigratório como fenômeno propício para o alargamento da influência política e econômica do Reino da Itália. O grupo dos defensores da imigração, para além das questões de tradição, língua e cultura, percebiam o movimento humano a partir de uma perspectiva mais pragmática, ou seja, de movimento dos capitais, dos produtos, das necessidades de consumo que se conectariam com a península itálica:

³"... a noi conviene che il tipo latino, specialmente l'italiano, non si estingua, non perda la sua impronta, la memoria della sua origine, il sentimento che lo spinge alla terra materna, il costume, la lingua soprattutto" [texto original]



Deixando de lado qualquer motivo de ódio e sentimental, e, pelo contrário, a luz de um específico sentimento de Realpolitik – como um eficaz instrumento prático de influência política no plano internacional e, sobretudo, de penetração comercial⁴ (AQUARONE, 1989, p. 267).

Certamente, a defesa da italianidade manifestava a outra face da dinâmica emigratória, ou seja, a perda desta identificação com a terra de partida, a assimilação nas comunidades de acolhida. Portanto, reforçava não somente um discurso sobre a política de cultivo das tradições pátrias em terra estrangeira, mas, também, empoderavam a fala daqueles que viam o amalgamento às sociedades nas quais os imigrantes se estabeleciam como um fenômeno inexorável, enfatizando, desta forma, a necessidade de um outro investimento, conquista de espaços coloniais clássicos, onde efetivamente a cultura itálica pudesse ser plenamente preservada:

Por outro lado, a construção das enormes, quando não insuperáveis, dificuldades que impediam a efetiva realização de tal objetivo e a consequente admissão da inexorabilidade do processo de assimilação que as colônias italianas no exterior sofriam pela ação das respectivas sociedades nacionais nas quais se inseriam, podiam facilmente serem utilizadas como prova da necessidade de verdadeiras possessões coloniais, nas quais os nossos emigrantes pudessem ser assentados e enraizados, mantendo íntegra a sua 'italianidade'⁵ (AQUARONE, 1989, p. 267).

A propósito, em janeiro de 1900, Giacomo Gobbi-Belcredi, que tinha construído uma grande experiência em duas situações diferentes da presença italiana – como enviado do “La Tribuna”, de Attilio Luzzatto, na África Oriental, para investigar o desastre militar italiano em Dogali, em 1887, e como diretor do jornal “La patria al Plata”, na Argentina, em 1896 (SERGI, 2012) – passa a dirigir a revista mensal nascente “L'Italia coloniale”, que passa a ser um dos periódicos mais comprometidos com a discussão das questões coloniais. No novo veículo de comunicação impressa, a apresentação trazia consigo alguns objetivos que também eram centrais na política de Estado, ou seja, analisar as possibilidades e vantagens presentes

4 “A parte ogni altro motivo d'ordio e sentimentale e alla luce invece di un ben preciso senso di Realpolitik – come un efficace strumento pratico di influenza politica sul piano internazionale e, soprattutto, di penetrazione commerciale” [texto original]

5 “Dall'altro, la constatazione delle enormi, quando non insormontabili difficoltà che contrastavano la .effettiva realizzazione di tale obiettivo e la conseguente ammissione della Inesorabilità del processo di assimilazione che le colonie italiane all'estero subivano ad opera delle rispettive società nazionali in cui erano inserite, potevano facilmente essere utilizzate a riprova della necessità di possedimenti coloniali veri e propri, dove i nostri emigranti potessero insediarsi e radicarsi mantenendo íntegra a tutti gli effetti la loro 'italianità'” [texto original]



nas regiões de emigração para uma ação efetiva de busca de benefícios para a produção nacional da península itálica: *"examinar a repercussão que têm e aquela que poderiam ter no campo das nossas indústrias, do nosso comércio; ver como se pode vencer a concorrência estrangeira nas regiões vivificadas pela nossa emigração"*⁶ (L'Italia coloniale apud AQUARONE, 1989, p. 268).

Como continua analisando o próprio Aquarone (1989), a revista se distanciava da percepção agressiva e bélica crispiniana para apresentar uma perspectiva mais harmônica de uma colonização entendida a partir da expansão econômica e comercial. O próprio primeiro número, de janeiro de 1900, trazia esta leitura que enfatizava o benefício que poderia obter a pátria em um processo pacífico de expansão de colônias formadas espontaneamente através das dinâmicas emigratórias. Considerando a questão sempre mais evidente de que a expansão para o exterior era cada vez mais uma condição vital para o Reino da Itália, a formação de colônias de emigrados acabava sendo uma estratégia importante para a penetração da produção italiana em diferentes mercados em nível mundial, estimulando o crescimento industrial do país.

Cabe mencionar que o tipo de indefinição do uso do termo colonização não encontrava conflito na experiência sul-riograndense, porque o projeto de ocupação promovido pelo governo Imperial, desde a década de 1870, previa a criação de colônias agrícolas. Dessa forma, nascem as colônias de Conde d'Eu, Dona Isabel, Campos dos Bugres – na região serrana do Rio Grande do Sul. Também a distribuição das propriedades segue utilizando a mesma forma de denominação – os lotes coloniais que são distribuídos aos imigrantes, os quais são chamados colonos. Ou seja, também na terra de chegada os estrangeiros – imigrantes, viajantes, agentes consulares, empreendedores – vão se deparar uma terminologia que direciona o olhar para um paralelismo com a ação colonizadora dos europeus no continente africano.

Nos escritos de Vittorio Buccelli – outro defensor do processo emigratório enquanto sinônimo de crescimento econômico –, em 1906, a mesma percepção apologética da imigração vai ser encontrar em seus relatos sobre uma viagem ao estado do Rio Grande do Sul. Também deputado italiano, Buccelli, que foi eleito em 1904, tendo permanecido na

⁶ "esaminare la ripercussione che hanno e quella che potrebbero avere nel campo delle nostre industrie, del nostro commercio; vedere come si possa vincere la concorrenza estera nelle regioni vivificate dalla nostra emigrazione" [texto original]



câmara por aproximadamente 15 anos, defendia projetos de desenvolvimento agrícola e colonização econômica. Quando de sua viagem ao Brasil, onde produziu a obra “*Un viaggio a Rio Grande del Sud*”, que foi apresentada na Exposição Internacional de Milão, em 1906, o parlamentar pôde reforçar sua teoria sobre a importância do espaço colonial, aquele constituído pelos imigrantes proveniente da península itálica, para o incremento econômico da pátria (BUCCELLI, 1906).

Se um dos elementos importantes para compreender a narrativa de Buccelli sobre o sul do Brasil é o debate sobre que tipo de colonização o Estado italiano deveria implementar, outra questão está relacionada a uma política de defesa dos imigrantes na terra de chegada e, conseqüentemente, o prestígio nacional fora das fronteiras da nação. Neste segundo caso, a promulgação do Decreto Prinetti, em 1902, torna-se um importante ponto de partida para compreender a argumentação buccelliana. Na disposição do governo italiano, ficavam proibidas as viagens subsidiadas, ou seja, com o transporte pago por fazendeiros brasileiros, e o recrutamento pelos agentes, porque deste tipo de imigração havia chegado na Itália uma série de reclamações de colonos, livros denúncia, como aquele de Oreste Ristori, anarquista italiano residente no Brasil, tinham sido publicados e um enviado do governo italiano (Aldo Rossi) havia constatado uma situação de maus-tratos vividos pelos trabalhadores itálicos. Na disputa com os detratores da imigração, o deputado queria enfatizar aspectos positivos do Brasil, transformações importantes em termos de higiene que haviam sido implementadas e a boa situação de vida – a pujança – em que viviam os colonos italianos em solo brasileiro, em especial na parte mais meridional do país.

Por um lado, o texto de Buccelli enaltece o fenômeno imigratório como produtor de desenvolvimento, civilização e abundância ao interno das sociedades de acolhida, ou seja, a imigração gera benefícios para aqueles que a recebem, pois, no caso do continente americano, a terra inculta e fecunda não oferece riqueza se não for trabalhada, como aconteceu na realidade norte-americana:

Pode-se afirmar com certeza matemática que, hoje, este problema é o mais relevante e vital da política sul-americana. É inútil possuir milhões de quilômetros quadrados de terra superiormente fecunda, rica de águas e de todo tipo de minerais, se o país deve permanecer deserto; é vazio o orgulho de possuir virtualmente infinitas riquezas naturais, que não são colocadas a proveito nem desenvolvidas pelo homem. A civilização norte-americana se



fez com a colaboração de muitas correntes migratórias⁷ (BUCCELLI, 1906, p. 118).

Por outro lado, reforçando o benefício da imigração também para a população de imigrantes que chega ao Brasil, aqui em direto contraste com as denúncias que geraram o Decreto Prinetti, mas sem transcurar o pressuposto básico da manutenção dos vínculos com a terra de partida, o deputado fala sobre a excelência da integração. A rigor, fala-se também na superioridade do projeto brasileiro em relação àquele argentino, o que abre um outro debate entre os propagandistas da imigração para um ou outro Estado latino-americano, mas o centro da questão – em sua leitura – é o fato de o imigrante ter conseguido crescer economicamente, integrar-se socialmente, sem perder o vínculo linguístico-cultural com a pátria distante:

O estado do Rio Grande do Sul fez, em pequena escala, uma experiência melhor do que a de outros estados do Brasil, melhor do que a Argentina: todos os colonos se tornaram parte integral da população riograndense; mesmo quando conservam a língua e as tradições do nosso país de origem; e isso porque encontraram terra para se fixarem, casa para se protegerem e meios para desenvolver a própria atividade⁸ (BUCCELLI, 1906, p. 119).

Outro ponto destacado por Buccelli, e que se insere no debate da segunda metade do século XIX e nas motivações que criaram uma espécie de parcial permissivismo ao fluxo emigratório, está vinculado à saída dos emigrantes como uma espécie de profilaxia social, uma válvula de escape aos problemas que assolavam as classes baixas europeias. Em contrapartida, estes mesmos sujeitos conseguem ampliar seus recursos, porque utilizam o capital de conhecimentos acumulado na terra de partida para tornar produtiva aquela de chegada:

É necessário ir procurá-lo nos campos, onde a tradição criou uma vida econômica autônoma, onde os imigrantes, que escaparam da luta feroz com seus compatriotas da Europa, tentaram e tentam todavia fazer renascer na pátria os métodos de cultivo e os sistemas de exploração do solo que deverão

7 “Si può affermare con sicurezza matematica essere oggi questo problema il più saliente e il più vitale della politica sud-americana. È inutile possedere milioni di chilometri quadrati di terra superiormente feconda, ricca di acque e di ogni sorte di minerali se il paese deve restare deserto; è vano l'orgoglio di possedere virtualmente infinite ricchezze naturali, che non sono messe a profitto né sviluppate dall'uomo. La civiltà nord-americana si è fatta col concorso di molte correnti immigratorie” [texto original]

8 “Lo Stato di Rio Grande del Sud ha fatto in piccola scala l'esperimento meglio che gli altri stati del Brasile, meglio dell'Argentina: tutti i coloni son divenuti parte integrale della popolazione riograndense; anche quando conservano la lingua e le tradizioni del loro paese di origine; e questo perché hanno trovato terra per fissarsi, casa per ripararsi e mezzi per svolgere la propria attività” [texto original]



centuplicar os recursos naturais da terra americana⁹ (BUCCELLI, 1906, p. 207).

No entanto, o deputado também entra na discussão sobre qual colonização é mais adequada para o desenvolvimento da indústria e do comércio do Reino: destacando aquela das zonas de imigração em relação àquela africana. Tal perspectiva é clara a partir da crítica feita aos capitalistas italianos que, segundo Buccelli, pensam continuamente na África mas não estão atentos as oportunidades oferecidas pela América do Sul em geral e pelo Brasil em particular. Na sua percepção, mesmo considerando o ótimo trabalho dos colonos em solo sul-riograndense, o sucesso do empreendimento colonial poderia ser muito maior se houvesse um grupo dirigente que fornecesse conhecimentos adequados em relação aos tipos de trabalho que são executados no espaço de imigração:

Encontram-se cem lotes coloniais [colônia de Mariana Pimentel] ocupados por italianos, que se dedicam à exploração do solo e não sabem, ou não podem tirar proveito das condições favoráveis em que se encontram, para exercitar uma indústria extrativa: faltam-lhes pessoas cultas, com prática neste tipo de trabalho, porque os capitalistas italianos, que com grande frequência tomam os caminhos para a África, são extremamente desconfiados quando se trata de empregar investimentos na América do Sul, para empresas certamente remunerativas¹⁰ (BUCCELLI, 1906, p. 208).

Depois de uma descrição da riqueza local, dos progressos que a estirpe italiana tem realizado no território, Buccelli começa um discurso muito crítico, que ocupa diversas partes do livro, destinado a fazer uma análise comparativa da escassa ação pública e privada italiana em relação a uma sempre mais forte presença capitalista alemã. No âmbito do conflito imperialista que envolvia as nações europeias nos primeiros anos do século XX, o deputado italiano fala de um espaço que, diferentemente da África, está pronto para ser explorado, tem capital humano, infraestrutura e ótima produtividade, porém, mesmo assim, não atira

9 “Bisogna andarlo a cercare nei campi, dove la tradizione ha creato una vita economica autonoma, dove gli immigrati, sfuggiti alla lotta feroce dei loro compatriotti d'Europa, hanno tentato e tentano tuttavia di far rivivere nella patria i metodi di coltura e i sistemi di sfruttamento del suolo che dovranno centuplicare le risorse naturali della terra americana” [texto original]

10 “Vi sono cento lotti coloniali [colônia de Mariana Pimentel] occupati da italiani, che si dedicano allo sfruttamento del suolo e non sanno o non possono tirar partito dalle favorevoli condizioni in cui si trovano per esercitare un'industria estrattiva: gli è che mancano di persone colte, pratiche di questo genere di lavori e di mezzi, perché i capitalisti italiani, che spesso e volentieri prendono la via dell'Africa, sono estremamente diffidenti quando si tratta di impiegare fondi nell'America del sud per imprese sicuramente remunerative” [texto original]



suficientemente o interesse dos capitais italianos. Agindo desta forma, a Itália deixa o espaço aberto para um outro Estado recém-chegado na disputa colonial, a Alemanha, que começa a ocupar um lugar de sempre maior destaque no panorama econômico-comercial brasileiro. Esta nação saxônica estaria promovendo uma conquista pacífica da América do Sul, em um projeto colonial que poderia ser aquele do governo italiano, caso dedicasse mais tempo para o mundo de além-mar:

É necessário ter-lhes conhecido e visto em ação para convencer-se com quais métodos e com que preciosos elementos a Alemanha vai fazendo a conquista pacífica da América do Sul, ou melhor, com qual clarividência, e com qual segurança, vai invadindo os mercados existentes e preparando-se aqueles de um porvir não distante, nos quais a prosperidade da população riograndense, hoje somente incipiente, deverá maravilhar os países mais ricos do mundo¹¹ (BUCCELLI, 1906, p. 244).

A cegueira da política colonial e imperialista italiana era ainda mais criticada por Buccelli considerando as condições de partida de cada uma das nações – Alemanha e Itália – sendo que a segunda tinha vantagens muito maiores, porque as zonas exploradas pelos comerciantes alemães eram de uma população majoritariamente italiana. Todavia, a influência humana e comercial dos produtores italianos da zona de colonização da Serra Gaúcha acabava beneficiando a economia alemã, pois eram estes agentes que trabalhavam capilarmente na região: *"malgrado a sua superioridade numérica, o elemento italiano exercita na vida administrativa uma preponderância limitada, e no comércio a sua influência real acaba beneficiando as importações alemãs, o que acontece em todos os lugares"*¹² (BUCCELLI, 1906, p. 250).

A discussão sobre o patrimônio econômico que consiste nas comunidades de imigrantes no exterior e a questão da colonização pacífica prossegue através da década de 1910, gerando inclusive uma importante análise conceitual sobre emigração e uma sistematização da ideia de exportação de pessoas. Tal exame é presente na “Tese di Laurea”,

11 “Bisogna averli conosciuti e visti in azione per convincersi con quali metodi e con che preziosi elementi la Germania va facendo la conquista pacifica dell'America del Sud, o meglio con quale chiaroveggenza e con quale sicurezza va invadendo i mercati esistenti e preparandosi quelli di un avvenire non lontano, in cui la prosperità della popolazione riograndense, oggi appena incipiente, dovrà meravigliare i paesi più ricchi del mondo” [texto original]

12 “malgrado la sua superiorità numerica, l'elemento italiano vi esercita nella vita amministrativa una preponderanza limitata, e nel commercio la sua influenza reale va a beneficio dell'importazione tedesca, ciò che avviene dappertutto del resto” [texto original]



em Jurisprudência, junto à Universidade de Roma, de Piero Ubaldi, intitulada “L’espansione coloniale e commerciale dell’Italia nel Brasile”. O autor constrói sua tese entorno a uma ideia positiva de colonização, como expansão da civilização da velha Europa em direção às terras selvagens da África e das Américas, caracterizando e explicando duas dimensões do fenômeno: colonização por conquista (militar) e pela emigração (espontânea).

Se nos dois processos colonizadores – conquista e emigração – observa um movimento natural das sociedades de sua época (entenda-se aquela europeia), ao segundo, atribui um valor maior, pela sua dimensão pacífica. Na verdade, embora ambos sejam analisados como instrumento para a exploração econômica e para uma dinâmica de expansão que considera a satisfação das necessidades do Estado colonizador, o caso da emigração é percebido como portador de um elemento mais positivo, a exportação efetiva de civilização, que vai penetrando o cotidiano da terra onde os emigrantes se estabelecem:

No campo da doutrina, considera-se como extremos do fenômeno colonial a conquista e a emigração. Isso pode se cumprir pacificamente, ou seja, com o mero fato da transladação em massa de indivíduos para um determinado território, onde mais fácil, mais imediata e mais livre se apresenta a apropriação e o uso dos meios naturais de satisfação das necessidades econômicas; ou com a ocupação violenta do território e com o assujeitamento da população com o objetivo de exploração [...] a conquista pacífica por meio das correntes de trabalho não é força que invade ou sujeito que submete ou explora populações ou territórios, mas é mônade de civilização que penetra, mas penetra lutando e nesta luta se associa às mônades sociais menos desenvolvidas e organiza-lhes as atividades¹³ (UBALDI, 1911, p. 6).

Ubaldi destaca a latinidade como elemento de união neste processo de ocupação pacífica do território e construção de civilização, uma espécie de reforço à positividade da raça latina, em contraposição àquela anglo-saxônica. Vai além, falando da emigração enquanto a riqueza que a Itália exporta para a América do Sul, em uma relação entre o mundo norte-europeu e aquele meridional, associa o envio de trabalhadores à migração de capitais,

13 “Nel campo della dottrina si considera come estremi del fenomeno coloniale la conquista e l’emigrazione. Esso può compiersi pacificamente, ossia col mero fatto della traslazione di una massa di individui sopra un dato territorio, dove più facile, più immediata e più libera si presenti l’appropriazione e l’uso dei mezzi naturali di soddisfazione dei bisogni economici; oppure con l’occupazione violenta del territorio e con l’asservimento della popolazione a scopo di sfruttamento [...] la conquista pacifica a mezzo delle correnti di lavoro non è forza che invade o soggetto che asservisce o sfrutta popolazione o territorio, ma è monade di civiltà che penetra, ma penetra lottando e in questa lotta associa sé stessa alle monadi sociali meno sviluppate e ne organizza le loro attività” [texto original]



porque ambos constroem o enriquecimento das sociedades que os recebem. No entanto, o seu olhar está dirigido a uma disputa sempre mais acirrada no capitalismo europeu, em sua guerra econômica por mercados e à ênfase no nacionalismo, pois temos que recordar que se está às portas da primeira guerra mundial, o que significa busca ampliar o mais rapidamente possível as redes coloniais. Neste sentido, o jurista concebe os espaços de colonização italiana no Brasil, mas também na Argentina, os “municípios italianos”, como reservas de comércio. Em uma situação de constante aumento da concorrência por mercados, quando essa luta será ainda mais forte, estas zonas poderão se tornar lugar de um florido comércio para a Itália, grande importadores de produtos italianos e fornecedores de matérias-primas; local também para investir capitais, que serão exuberantes também na Itália futura: uma reserva para os tempos vindouros.

Neste sentido da emigração enquanto colonização espontânea, é importante recordar o conceito que Ubaldi constrói sobre emigração, trazendo nele algumas ideias apropriadas de Randoni, ou seja, uma expansão da pátria, um alargamento das fronteiras. Em sintonia com um olhar da política itálica que necessita justificar a incapacidade de conter e sustentar os habitantes da península, a descrição das partidas como ato dirigido para a construção de novas “Itálias” em território americano funciona como um discurso necessário:

A emigração – como a definiram ilustres escritores – é a lei providencial de circulação humana, à qual o mundo deve a sua civilização. É, na ordem econômica, uma nova força de produção e de consumo, que descerra novos mercados: é, na ordem política, uma tranquila difusão da estirpe, da língua, dos sentimentos, do pensamento da pátria, que alarga o seu domínio moral no mundo, enquanto o depura de elementos que poderiam perturbar a vida social, se não tivessem um escape natural¹⁴ (UBALDI, 1911, p. 15).

Portanto, mais uma vez pode ser percebida a retomada destas noções que embalsamaram os debates desde finais do século XIX, nas quais a emigração é apresentada como uma experiência positiva que vem a resolver dois problemas nacionais: o excesso de população, que poderia gerar um incremento dos conflitos sociais, e a criação de mercados, em uma exportação também de um modo de viver. Na língua, nos sentimentos pátrios, é possível notar

14 “L’emigrazione – come ebbero a definirla illustri scrittori – è la legge provvidenziale di circolazione umana, alla quale il mondo deve la sua civiltà. È, nell’ordine economico, una nuova forza di produzione e di consumo, che schiude nuovi mercati: è, nell’ordine politico, una tranquilla diffusione della stirpe, della lingua, dei sentimenti, del pensiero della patria, che allarga il suo dominio morale nel mondo, mentre la epura di elementi che potrebbero perturbare la vita sociale, se non avessero un naturale sfogo” [texto original]



uma política que busca promover a italianização por imitação nas diferentes terras de chegada, a diferença daquela que poderia ser forçada nas tradicionais colônias africanas. Além disso, a emigração, para a Itália, assim como a força militar para a Inglaterra, são soluções naturais quando pensadas em relação às realidades e culturas locais.

O ambiente de debate descrito desde as falas de Giovanni Bovio entre as décadas de 1880 e 1890 é fundamental para compreender um outro passo que busca facilitar este colonialismo italiano fundado nos processos emigratórios, a construção de uma lei de cidadania que pudesse facilitar o deslocamento. A Itália tinha se tornado um país com uma relevante emigração de massa e o código civil de 1865, mesmo com as reformas parciais que o seguiram, não era mais em condições de dar conta do contexto nacional de princípios do século XX: era necessário pensar em uma reforma completa da legislação relativa ao tema da cidadania. A massiva emigração atlântica italiana constituiu-se elemento fundamental para direcionar as escolhas do legislador no processo de reforma da lei de cidadania; a Lei Núm. 555, de 13 de junho de 1912 apresenta dois princípios fundamentais:

1. a cidadania italiana, transmitida *iure sanguinis*, é perdida somente por ato voluntário [...] 2. a cidadania italiana perdida posteriormente à aquisição espontânea de uma cidadania estrangeira será readquirida em caso de retorno à pátria “depois de dois anos de residência no reino”¹⁵ (COLOMBO; DOMANESCHI; MARCHETTI, 2009, p. 31).

Os dois pontos destacados falam claramente das questões que estão na base do processo de elaboração da reforma: o direito a cidadania dos emigrados. A relevância desta discussão, se funda nos diferentes argumentos que foram apresentados anteriormente no artigo: integração e manutenção do vínculo. A rigor, as duas questões se entrecruzam, porque a integração acaba facilitando os pressupostos econômicos, que justificam o interesse da classe dirigente italiana pela continuidade do sentimento pátrio nos grupos emigrados.

Tendo a possibilidade de recuperar a cidadania em um eventual retorno para a Itália, o imigrante não é obrigado a rejeitar a cidadania da terra de chegada, especialmente aqueles que nela nasceram, considerando o *iure solis* vigente nas nações latino-americanas. Dessa forma, podem garantir o pleno direito de cidadania no novo país, com as vantagens para um projeto de ascensão econômica e participação na vida política. Ao mesmo tempo, não permitindo um

¹⁵“1. la cittadinanza italiana, trasmessa *iure sanguinis*, si perde solo per atto volontario [...] 2. la cittadinanza italiana perduta in seguito all'acquisto spontaneo di una cittadinanza straniera viene riacquistata in caso di rimpatrio “dopo due anni di residenza nel regno”” [texto original]



corte definitivo com a pátria que ficou do outro lado do Atlântico, como era previsto na legislação precedente, mantém – como o direito de recuperar a cidadania – o vínculo com a pátria, que significa não somente o sentimentalismo de nostalgia das coisas que ficaram na terra de partida, mas a colaboração em um processo econômico (remessas e comércio) e de política exterior (pressão da comunidade local).

Ao mesmo tempo, no ato de facilitar a integração e manter o vínculo de cidadania, a nova lei de 1912 acabava colaborando com o projeto de colonização espontânea, pois criava condições propícias para a realização de seus principais objetivos. O grande problema vivido pelo Estado italiano era a perda do vínculo de seus cidadãos, na medida em que se integravam à terra de chegada, sendo que burocraticamente a lei anterior forçava os emigrantes a esta situação, no momento em que adquirir a nova cidadania significava automaticamente perder aquela de origem. Obviamente, a ascensão social na terra de chegada muitas vezes dependia da posse da cidadania local, portanto, da perda daquela da terra de onde se partiu. Com a mudança, não existe mais esta relação de aquisição-perda, ao menos não em seu caráter definitivo, o que abre um espaço para uma manutenção da ligação com o país de nascimento. Como já mencionado antes, esta situação poderia colaborar para a intermediação de relações comerciais favoráveis ao Reino da Itália, construindo dinâmicas de reserva de mercado muito semelhantes àsquelas das colônias africanas, sem, no entanto, apresentarem práticas de constrição e os gastos militares para o controle dos territórios.

A discussão sobre uma colonização italiana na América do Sul não finda com a Primeira Guerra Mundial e a falência da Itália liberal, com a ascensão do fascismo, pelo contrário, a partir dos anos 20, a relação com os emigrados italianos, como já foi mencionado, “italianos no exterior”, depois de 1926, foi intensificada durante o regime. No caso específico do Rio Grande do Sul, esta perspectiva fica patente quando da celebração dos cinquenta anos da imigração italiana no estado. O próprio álbum comemorativo, inteiramente em língua italiana, produzido para o evento, em 1925, apresenta em seu título a ideia de espaço de ocupação espontânea e pacífica: “Cinquantenario della Colonizzazione Italiana nel Rio Grande del Sud”. Como pode ser observado, o termo e/imigração não está contido no nome da obra, que busca especificamente enaltecer duas questões que nortearam os festejamentos: a força da mão italiana na construção do progresso do Rio Grande do Sul e a continuidade da ligação entre os “colonos” e a terra de partida, a italianidade que não se perdeu. Se tanto Borges de Medeiros, então presidente do estado, quanto Benito Mussolini, chefe do governo



italiano, são unânimes em proclamar o entrelaçamento entre italianos e brasileiros em uma profunda amizade, será o segundo a destacar o pioneirismo do nome e da operosidade pátrios, a valorização das terras férteis trabalhadas, que é o resultado da presença da estirpe italiana em solo sul-riograndense.

O álbum foi estruturado em duas partes: uma de apresentação histórica das transformações, em diversos setores, aportadas pelos imigrantes italianos ao Rio Grande do Sul e outra com uma radiografia dos municípios nascidos a partir da experiência migratória e os grandes homens e empresas que neles estão localizados. É interessante todavia destacar, percorrendo o índice do livro, que o termo “colonização” é utilizado pelos italianos que escreveram artigos sobre a realidade sul-riograndense, como aquele sobre a geologia, hidrologia e orografia, do Dott. Alberto Albertini e do engenheiro Ferruccio Targa, enquanto o termo “imigração” – mesmo que as vezes substituído pelo de “colonização” – é usado pelos brasileiros, como o Dott. Francesco de Leonardo Truda. O objetivo principal dos diferentes artigos é comemorar a participação italiana nos diferentes setores da sociedade gaúcha: a economia, a religião, a cultura, a raça. Ao mesmo tempo, buscava destacar os espaços ainda abertos para um processo de colonização/imigração, mostrando as possibilidades de exploração econômica ainda não desfrutadas.

Se colonizar significa dar um nome e um sangue às populações selvagens, o artigo de Leonardo Truda “*L'influenza etnica, sociale ed economica della colonizzazione italiana nel Rio Grande del Sud*” oferece uma leitura sobre a contribuição italiana na transformação racial – mas junto a esta perspectiva são associadas as questões morais, econômicas e sociais – na realidade sul-riograndense. Uma importante característica da população italiana, sinal de sua vitalidade, é a sua alta taxa de reprodução: enquanto o coeficiente de nascimentos no estado – nos dados apresentados por Truda – é de 24,58 em mil habitantes, nas zonas coloniais italianas o índice sobre para um mínimo de 34,37 e um máximo de 51 em mil habitantes. Soma-se, a abundante natalidade, uma escassa mortalidade que, com exceção do município de Caxias do Sul, com um coeficiente de 12,70 por mil, está colocada abaixo da média do estado. Este aumento natural dos italianos, que neste período apresentam ainda escolhas matrimoniais fortemente endogâmicas, que será inclusive incentivado pela política fascista, representa uma forte contribuição na alteração do mapa étnico do Rio Grande do Sul.

Truda festeja este forte crescimento vegetativo – os indivíduos brancos, de acordo com os dados apresentados pelo autor, tinham aumentado de 59,4% da população total do estado,



em 1872, para 70,1%, em 1890, enquanto que os negros tinha diminuído de 18,3% para 8,68% –, por que vai ao encontro da política de branqueamento por ele defendida, que não significava a eliminação do componente negro através da assimilação e do cruzamento com aquele branco, mas de um natural desaparecimento, em um contraste entre um fraco crescimento vegetativo das populações negras e um forte aumento da população branca: fruto da superioridade natural de uma raça sobre a outra Neste sentido, o Rio Grande do Sul acabava se transformando em uma espécie de modelo para o um projeto nacional vitorioso de supressão do elemento negro, com uma consequente transformação, em positivo, da população nacional. Sem dúvida, este elemento estava alinhado ao eurocentrismo do período, que fazia parte do projeto colonial, que via a população branca como agente de civilização e de qualificação moral dos territórios conquistados.

O crescimento do componente branco não significa somente uma transformação do tipo físico local, porque, segundo os estudos da antropologia física no período e de acordo com as teorias de sangue e raça ainda amplamente aceitados, com a pele advinham características morais e intelectuais. Portanto, Truda também destaca a influência moral dos italianos na região, comentando a grande redução nas taxas de criminalidade, o que pressupõe um povo mais saudável moralmente e propenso só progresso social:

População fisicamente robusta e forte, essa non é menos sã sob o aspecto moral. Bastam para demonstrá-lo os índices relacionados à criminalidade no estado [...] Mas na região colonial italiana é essa [a criminalidade] diminutíssima. Certas formas delituosas são lá, pode-se dizer, praticamente desconhecidas.¹⁶

Com o colonizador europeu, também chegavam à África os missionários, que tinham a incumbência de evangelizar as populações animistas ou, de qualquer forma, não cristãs, contribuindo, desta maneira, com o projeto civilizatório de expansão de uma “europeidade”. Obviamente a realidade sul-americana e brasileira, em particular, não eram marcadas pela ausência de um projeto de cristianização; no entanto, o exercício do padroado régio construiu

16 “Popolazione fisicamente robusta e forte, essa non è meno sana sotto l'aspetto morale. Bastano per dimostrarlo le cifre relative alla criminalità nello Stato [...] Ma nella regione coloniale italiana è essa [a criminalidade] diminutissima. Certe forme delittuose sono là, si può dire, praticamente sconosciute” [texto original] *Cinquantenario dela Colonizzazione Italiana nel Rio Grande del Sud. La cooperazione degli italiani al progresso civile ed economico del Rio Grande del Sud*. Porto Alegre: Barcellos, Bertaso e Cia.; Livraria do Globo, 1925, p. 59.



uma espécie de igreja local, muitas vezes distanciada das normas romanas sobre as boas práticas religiosas. A chegada do imigrante italiano vai coincidir com a implementação de uma política de romanização (ultramontanismo) do catolicismo sul-riograndense, na qual o imigrante será elemento fundamental de transformação no modo de viver o catolicismo nas dinâmicas religiosas do cotidiano (BENEDUZI, 2008).

Também os sacerdotes italianos, que chegaram muitas vezes com as comunidades de imigrantes, ou as congregações religiosas, como aquela dos Capuchinhos ou Palotinos, farão as vezes do missionário europeu que é agente de civilização na África. No caso dos Freis Capuchinhos, as chamadas “Missões Populares”, com a semana de exercícios espirituais que envolvia toda a comunidade, funcionava como instrumento de difusão da verdadeira religião e do correto sentir religioso. Os imigrantes italianos colaboraram com esta política, não somente como celeiro para os seminários, considerando que contribuíram enormemente para o incremento das vocações religiosas no estado do Rio Grande do Sul, mas, também, como exemplo de vivência saudável da religião, como modelo do verdadeiro católico. A preocupação com a dignidade do templo, a sua edificação e manutenção, além da sinalização da presença sagrada pelas estradas e propriedades era uma característica digna de ser imitada, porque construía uma nova cartografia, que marcava o cotidiano com o elemento religioso:

Nos primeiros anos começaram a ser edificados alguns pequenos oratórios, em geral dedicados aos santos venerados na cidade de nascimento [...] Agora as capelas de madeira são substituídas pouco a pouco por aquelas em alvenaria. O Senhor lhes protegeu tanto que eles querem mostrar o seu reconhecimento erguendo templos mais dignos à Majestade infinita.¹⁷

No plano espiritual, o álbum também destaca a colaboração itálica na difusão de novas práticas, de uma nova vivência da religião, em um cadenciamento do cotidiano também em relação ao cotidiano do catolicismo. A re-catolicização das populações sul-riograndenses não poderia ser construída somente a partir dos templos religiosos e da presença missionária, era necessário um novo modelo de católico, que trouxesse consigo as práticas “corretas” da religião. Tomado de espírito religioso, o imigrante, a diferença do nacional, transpira

¹⁷“Nei primi anni si cominciò a fabbricare qualche piccolo oratorio, in generale dedicato ai santi venerati nel paese natio [...] Ora le cappelle di legno vengono man mano sostituite da quelle in muratura. Iddio li ha tanto protetti e benedetti che essi vogliono mostrarsene riconoscenti innalzando tempi più degni alla Maestà infinita” [texto original]. *Ibídem*, p. 59.



catolicismo em todos os momentos de seu dia a dia, e nem mesmo o cansaço ou a pouca riqueza podem distanciá-lo de sua relação com o Todo Poderoso, através da oração, "*cansado da jornada de trabalho, reunia à noite a pequena família entorno à parca mesa, recitava as suas breves orações e, depois, recolhia-se e adormecia com a consciência tranquila, confiante na Providência Divina*"¹⁸.

Para além da questão religiosa, também em termos intelectuais o imigrante (ou o colono) italiano contribuiu para o progresso da terra que o acolheu. Parte do projeto civilizatório é acrescentar aqueles elementos da técnica e da erudição europeias nos espaços “colonizados”. Exportar técnicos e intelectuais constitui-se também na criação de vínculos comerciais e de dependência com relação à sociedade de proveniência destes sujeitos, porque se relacionavam com aquela indústria nacional para o desenvolvimento dos mais diferentes projetos. Portanto, também nesta questão, a presença italiana foi relevante no forjamento do Rio Grande do Sul dos anos 20, criando uma ação ampla de regeneração da sociedade nacional:

A introdução do italiano como elemento étnico riograndense, é um fato auspicioso para a nossa nacionalidade. As correntes migratórias de agricultores que multiplicaram as suas atividades abraçando a indústria em geral e o comércio, trouxeram atrás de si o elemento intelectual, que inundou o estado em todas as esferas de atividades mentais, concorrendo para o progresso da engenharia em seus diferentes ramos, para a difusão da medicina e para a interpretação da arte.¹⁹

Se a sociedade é vista como incivilizada por parte do colonizador europeu, também no caso do Brasil, considerando que o componente italiano tinha trazido o progresso moral, religioso e intelectual, a terra é inculta ou subutilizada, porque os grupos étnicos que nela habitam não são capazes de aproveitar todos os seus recursos. Neste sentido, o progresso material do Rio Grande do Sul era associado à colonização europeia, em geral, e italiana, em

18 "*stanco morto dal lavoro del giorno, radunava alla sera la famigliuola intorno alla parca tavola, recitava le sua brevi preghiere e poi si raccoglieva e s'addormentava colla coscienza tranquilla fidente nella Provvidenza Divina*". [texto original]. Ibidem, p. 254.

19 "*L'introduzione dell'italiano nell'elemento etnico riograndense, è un fatto auspicioso per la nostra nazionalità. Le correnti emigratorie di agricoltori che moltiplicarono la loro attività abbracciando l'industria in generale e il commercio, chiamarono dietro di sé l'elemento intellettuale, che inondò lo Stato in tutte le sfere di attività mentale, concorrendo al progresso dell'ingegneria nei suoi variati rami, alla diffusione della medicina e all'interpretazione dell'arte*". [texto original] Ibidem, p. 263.



particular, porque, sendo constituída por sujeitos racialmente e moralmente mais evoluídos, acabou sabendo, naturalmente, como melhor tirar proveito do território e desenvolver a produção. Não somente transformou a floresta em terreno cultivado, por causa de seu trabalho incansável e de sua engenhosidade, mas também transformou os recursos da agricultura em indústria e comércio, colaborando na construção da pujança vivida pelo estado no momento das comemorações:

Aquelas intermináveis extensões de araucárias (vulgarmente denominadas pinos), que das margens dos rios Cahy e Taquary se levantam para cobrir a imensa região *serrana* [...] não teriam certamente cedido o lugar a uma agricultura e a indústrias essencialmente produtivas, se ao Rio Grande do Sul tivesse faltado o imigrante italiano.²⁰

O imperialismo europeu foi uma das realidades mais importantes do século XIX e princípios do século XX, tendo produzindo um crescimento econômico notável para a Europa e uma expansão da cultura europeia – por constrição ou emulação – através dos cinco continentes. Como mencionado na parte inicial do artigo, o fenômeno teve tamanha importância que gerou um congresso europeu, em Berlim, em 1885, para discutir esta distribuição do planeta entre as potências do velho mundo, em uma situação de conflito entre os estados “estabelecidos” (França e Inglaterra), e aqueles “revisonistas” (Alemanha e Itália), gerando, inclusive, a formação de alianças de interesses, que conduziram ao primeiro conflito mundial. Se no caso anglo-francês a ideia de colônia e colonização era fortemente fundada sobre o modelo clássico de ocupação majoritária dos continentes africano e asiático, aquele ítalo-alemão apresentava uma abertura do discurso colonial em relação às zonas de ocupação de seus nacionais através dos processos migratórios que tocaram os dois Estados Nacionais. Na Península Itálica, entre finais do século XIX e até o fascismo, é possível observar um amplo debate sobre os espaços sul-americanos enquanto lugar de exploração colonial. Certamente não se pensava na conquista militar, mas em uma ocupação espontânea que construiria um domínio natural, considerada a superioridade étnica das populações imigradas (europeias) com relação àquelas locais.

20 “Quelle interminabili distese di araucarie (volgarmente denominate pini), che dalle sponde dei fiumi Cahy e Taquary s’innalzano a coprire l’immensa regione *serrana* [...] non avrebbero certamente ceduto il posto ad un’agricoltura e a delle industrie essenzialmente produttive, se al Rio Grande del Sud fosse mancato l’immigrante italiano”. [texto original] Ibidem, p. 195.



A situação italiana de derrota bélica em Adua, em 1896, e as difíceis condições econômicas para a implementação de uma sólida política colonial em direção à África, como faziam França e Inglaterra, constituiu-se em um elemento forte para o desenvolvimento de uma teoria alternativa sobre um colonialismo espontâneo. Além disso, e em direta relação, a necessidade da emigração como válvula de escape, mas também como recurso, na medida em que maciçamente italianos se instalavam em terras sul-americanas, impelia a uma nova política exterior que englobasse esses novos sujeitos no fluxo internacional de capitais e mercadorias. Justificar a emigração e a derrota africana constituem-se em dois elementos chave para compreender o projeto que vai sendo construído na Península Itálica em relação a uma colonização espontânea. Quando da conquista da Líbia, em 1911, a política colonial não vai poder prescindir também deste já vasto contingente de expatriados, numericamente representativos na América do Sul e que podem ser fundamentais para a indústria peninsular. Mesmo no fascismo, que busca controlar o fluxo emigratório, o debate sobre qual colonização enfatizar não vai – embora aumentando a ação na África – retirar o olhar do mundo sul-americano, como pode ser observado na política exterior do regime e no álbum de comemoração apresentado. O conceito de colonização permaneceu impreciso, e declinado em duas dinâmicas – conquista e ocupação pacífica – porque é funcional à política itálica e garante um menor atrito com as políticas dos Estados sul-americanos que, por sua vez, são desejosos desta mão de obra, por eles vista como imigrante.

Bibliografia:

- BENEDUZI, Luis Fernando. **Imigração italiana e Catolicismo:** entrecruzando olhares, discutindo mitos. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.
- BENEDUZI, Luis Fernando. **Os fios da nostalgia:** perdas e ruínas na construção de um Vêneto imaginário, Porto Alegre, RS, UFRGS Editora, 2011.
- BENEDUZI, Luis Fernando. Uma aliança pela pátria: relação entre política expansionista fascista e italianidade na comunidade italiana do Rio Grande do Sul. **Dimensões. Revista de História da UFES**, vol. 26, núm. 1, p. 89-112, 2011.
- BUCCELLI, Vittorio. **Un viaggio a Rio Grande del Sud.** Milão: L.F. Pallestrini & C., 1906.
- COLOMBO, Enzo; DOMANESCHI, Lorenzo; MARCHETTI, Chiara. **Una nuova generazione di italiani:** l'idea di cittadinanza fra i gioveni figli di immigrati. Milano: Franco Angeli, 2009.



- FLORENTINO, Daniele. **Gli Stati Uniti e il Risorgimento d'Italia (1848-1901)**. Roma: Gangemi editore, 2013.
- LANARO, Silvio. **Storia d'Italia: le regioni dall'Unità a oggi. Il Veneto**. Torino: Einaudi, 1984: Dopo il'66. Una regione in Italia.
- MARUCCO, Dora. Le statistiche dell'emigrazione italiana. In: BEVILACQUA, Piero; DE CLEMENTI, Andreina; FRANZINA, Emilio. **Storia dell'emigrazione italiana: partenze**. Roma: Donzelli, 2001, pp. 61-75.
- SANFILIPPO, Matteo. Tipologie dell'emigrazione di massa. In: BEVILACQUA, Piero; DE CLEMENTI, Andreina; FRANZINA, Emilio. **Storia dell'emigrazione italiana: partenze**. Roma: Donzelli, 2001, pp. 77-94.
- SERGI, Pantaleone. Patria di Carta. **Storia di un quotidiano coloniale e del giornalismo italiano in Argentina**. Cosenza: Pellegrini editore, 2012.
- TRENTO, Angelo. Dovunque è un italiano, là è il tricolore. La penetrazione del fascismo tra gli immigrati in Brasile. In: SCARZANELLA, Eugenia (org.). **Fascisti in Sud America**. Florença: Le lettere, 2005.
- UBALDI, Pietro. **L'espansione coloniale e commerciale dell'Italia nel Brasile**. Roma: Ermanno Loescher, 1911.

Recebido em: 18 de janeiro de 2017.

Aprovado em: 04 de maio de 2017.